



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



CENTRO
JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO
CONSENSUAL
DE CONFLITO

N. 27/2018-C

**TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE CELEBRAM ENTRE SI O ESTADO
DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA E A FUNDAÇÃO DE FOMENTO À
TECNOLOGIA E À CIÊNCIA – FUNDAÇÃO FTC,
MANTENEDORA DA FACULDADE DE
TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE JEQUIÉ (FTC) PARA
IMPLANTAÇÃO DE CENTRO JUDICIÁRIO DE
SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS
(CEJUSC) NA COMARCA DE JEQUIÉ.**

O ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.100.722/0001-60, com sede e foro no município de Salvador, Centro Administrativo da Bahia, 5ª Avenida nº 560, representado pela sua Presidente, Desembargadora **Maria do Socorro Barreto Santiago** e a **FUNDAÇÃO DE FOMENTO À TECNOLOGIA E À CIÊNCIA – FUNDAÇÃO FTC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.196.922/0001-30 mantenedora da **FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – UNIDADE JEQUIÉ (FTC)**, pessoa jurídica de direito privado, sediado na Rua Antônio Orrico, 357 - São José, Jequié – BA, 45204-068, representado pelo seu Diretor-Presidente, **William Rogers Lima Oliveira**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e sua Diretora de Campus, **Profa. Milena Bahiense**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº TJ-ADM-2018/04383;

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Judiciário participar das políticas públicas de efetivação das garantias constitucionais de acesso à justiça e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil inseriu expressamente a Mediação e a Conciliação como peças fundamentais e efetivas para a resolução de conflitos;

CONSIDERANDO que a Mediação e a Conciliação são técnicas efetivas para se alcançar a pacificação social;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ fomenta a adoção e aperfeiçoamento permanente dos mecanismos de solução consensual de conflitos;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA adotou como sua missão estratégica “Assegurar o Acesso à Justiça, visando à paz social” e como objetivos estratégicos “facilitar o acesso ao sistema de justiça” e “incentivar a conciliação e outras formas adequadas de resolução de conflitos”;

CONSIDERANDO que a instituição parceira no presente instrumento pretende atuar e contribuir para a prevenção e solução extrajudicial de conflitos, com o emprego de métodos adequados de pacificação social;

Com amparo nas disposições da Lei Estadual nº 9.433/2005, da Lei Federal nº 8.666/1993, Resolução do CNJ 125/2010, com a redação dada pela Emenda nº 2/2016, Resolução 24/2015, do Egrégio Tribunal Pleno, do Decreto Estadual nº 9.266/2004, e da Resolução do CNJ 225/2016, que dispõe sobre a política nacional de justiça restaurativa no





âmbito do poder judiciário, resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Cooperação Técnica, de acordo com as condições e cláusulas a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Os partícipes pretendem estabelecer diretrizes para a implantação das atividades do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC), através da unidade gerida pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC). O CEJUSC/Jequié atuará na mediação e conciliação Pré-Processuais, para fins de atendimento às disposições contidas no art. 167, § 1º, do novo Código de Processo Civil, e art. 11, da Lei de Mediação, devendo atender o conceito contido no art. 24 da Lei de Mediação (Lei 13.140/2015), que prescreve o dever do CEJUSC quanto à realização de audiências de conciliação e mediação, além da oferta de serviços de orientação jurídica à população, nos termos da Resolução nº 24/2015, do TJBA, e demais dispositivos aplicáveis.

1.2. Insta esclarecer que a competência inicial, definida no item anterior poderá ser ampliada através da inclusão da competência processual para o CEJUSC.

1.3. Os serviços a serem oferecidos no CEJUSC/Jequié consistirão na promoção da conciliação e mediação de conflitos de interesse relativos às questões cíveis, bem como no oferecimento de orientação jurídica à população. Os referidos serviços contemplam a orientação estabelecida pela Resolução nº 125/2010, garantindo a presença de mediadores e conciliadores com atuação técnica.

1.4. O objeto deste instrumento está submetido à Política Nacional Judiciária de tratamento dos conflitos de interesses estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo TJBA.

CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL E MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A unidade do CEJUSC/Jequié será instalada no Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), situado na Av. Otávio Mangabeira, s/n, Mandacaru, e funcionará de segunda a sexta feira, exceto feriados.

2.2. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Plano de Trabalho previsto no **ANEXO I** do presente instrumento, aprovado entre os partícipes e que integra esse termo de compromisso, independentemente da transcrição do seu conteúdo.

2.3. O CEJUSC/Jequié deve contar com, pelo menos um profissional cadastrado e com formação especializada em mediação, nos termos da Lei nº 13.140/15.

2.4. Durante os 12 (doze) primeiros meses de funcionamento, tomando-se como termo inicial a implantação do CEJUSC/Jequié, a equipe de trabalho mencionada no item 2.9 deverá levar ao conhecimento do TJBA, através do endereço eletrônico nupemec@tjba.jus.br, todas as necessidades encontradas na unidade, independentemente da previsão contida no item 4.15.

2.5. Havendo conciliação ou mediação entre as partes, caberá ao Juízo competente proceder à respectiva homologação, nos moldes da Lei 13.140/2015.

2.6. Na formulação do *layout* do CEJUSC/Jequié, deverá ser adotado o modelo contido no Guia de Instalação aprovado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC do Estado da Bahia, com as devidas adaptações à realidade local,





ficando assegurada, desde logo, a existência de, no mínimo, três salas para as atividades de mediação e conciliação, espaço para atendimento, recepção e triagem.

2.7. O método de mediação e conciliação a ser empregado na unidade CEJUSC objeto deste instrumento, é o adotado no Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobretudo nas questões sujeitas à homologação judicial.

2.8. Após 6 (seis) meses de funcionamento pleno do CEJUSC/Jequié, será realizada uma avaliação do funcionamento dos resultados obtidos, conforme o item 4.15. e a CLÁUSULA DÉCIMA, a fim de aferir sobre a necessidade de ajustes e aprimorar o funcionamento da unidade.

2.9. A equipe de trabalho inicial, recrutada pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC), será constituída da seguinte forma:

- a) 1 (um) Supervisor, bacharel em Direito com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, responsável por assinar os acordos realizados no CEJUSC/Jequié e encaminhar ao NUPMEC/TJBA, conforme disposições dos itens 4.3 ao 4.8.
- b) No mínimo 2 (dois) Estagiários por turno;
- c) Disponibilizar 1 (um) mediador, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único. Os partícipes poderão estabelecer outras parcerias visando o alcance das obrigações previstas nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – METAS A SEREM ALCANÇADAS

3.1. Para o presente termo de compromisso, os partícipes devem respeitar as metas descritas do Plano de Trabalho, previsto no **ANEXO I** do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSOS DA FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE JEQUIÉ (FTC)

4.1. Entabular entendimentos com os magistrados das Varas Cíveis da Comarca de Jequié, para que seja estabelecida uma rotina de trabalho envolvendo a conciliação e mediação Pré-Processual, nos termos da Lei 13.140/2015.

4.2. Disponibilizar 1 (uma) impressora, 1 (um) scanner e 1 (um) computador para serem utilizados no CEJUSC/Jequié.

4.3. Recrutar e manter a disposição do CEJUSC/Jequié, às suas expensas, a equipe de trabalho inicial, descrita no item 2.9, composta de 1 (um) Supervisor, 2 (dois) Estagiários e 1 (um) mediador.

4.4. O Supervisor possuirá formação jurídica e em mediação judicial, sendo o responsável por exercer a gestão da unidade e fiscalização dos demais membros da equipe de trabalho.

4.5. Caso o Supervisor não possua formação em mediação judicial, a Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC) obrigar-se-á a, no prazo de até 6 (seis) meses contados da implantação efetiva da unidade, inscrevê-lo no Curso de Mediação Judicial.

4.6. Enquanto o supervisor não possuir a certificação necessária ou esteja participando do curso de mediação referenciado no item anterior, a Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC) disporá de profissionais com formação em mediação judicial, não integrantes da equipe inicial a que alude o 2.9, para presidirem audiências de mediação no âmbito do CEJUSC/Jequié, a fim de garantir o pleno funcionamento da Unidade.





4.7. O curso de mediação previsto no item 4.5 é dividido em duas etapas: 40 (quarenta) horas teóricas e 60 (sessenta) horas práticas. As diretrizes curriculares da formação do mediador encontram-se no Anexo III, da Resolução nº 125/2010 do CNJ, modificada com a emenda 02/2016. A parte prática do curso deverá ser realizada no CEJUSC/Jequié, nos termos do Art. 11, da Lei de Mediação, e do Art. 167, § 1º, do Código de Processo Civil.

4.8. Não será permitido ao supervisor, enquanto não possuir certificado em Mediação, presidir audiências de mediação.

4.9. Recrutar e colocar à disposição do CEJUSC/Jequié, às suas expensas, até o sexto mês da vigência deste instrumento, 1 (um) mediador, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas em turnos e escalas a serem definidos pelo supervisor do CEJUSC/Jequié.

4.10. Disponibilizar pelo menos 2 (quatro) estudantes do curso de Direito, que tenham cumprido, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da grade curricular e/ou que esteja cursando o sétimo semestre, para estagiar no CEJUSC/Jequié, remunerando-os através de bolsa de estágio, nos termos da CLÁUSULA SEXTA.

4.11. A equipe de trabalho inicial, a que se referem os itens 4.3 e 2.9, poderá sofrer modificações, conforme critérios estabelecidos no ANEXO II do presente instrumento, sujeitando-se a formalização por termo aditivo as alterações que impactem no horário de funcionamento do CEJUSC.

4.12. Viabilizar a participação dos integrantes da equipe de trabalho no curso de capacitação, previsto no item 4.7, a ser oferecido pelo TJBA, arcando com as respectivas despesas.

4.13. Adotar como método de mediação e conciliação do CEJUSC/Jequié o Manual de Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

4.14. Cumprir as normas e recomendações emanadas do TJBA e do CNJ, especialmente a Resolução CNJ nº 125/2010, com a redação dada pela Emenda nº 2/2016, e a Resolução TJBA nº 24/2015, e observar os critérios de qualidade técnicas aplicáveis, bem como as normas do Código de Ética e dos Manuais de Procedimentos do CNJ.

4.15. Apresentar ao NUPMEC/TJBA, até o 5º dia útil de cada mês, os relatórios mensais de atendimento, através do preenchimento da planilha disponibilizada pelo NUPMEC com o quantitativo de atendimento e demais trabalhos realizados como: as sessões ou audiências de mediação/conciliação e as políticas de cidadania implementadas.

4.16. Prestar, sempre que solicitado, informações complementares relacionadas ao atendimento e funcionamento do CEJUSC/Jequié.

4.17. Encaminhar à Coordenação Jurídica do CEJUSC/Jequié, através do Sistema de Automação (SAJ), ou outro sistema processual compatível, no prazo de até 15 (quinze) dias, os termos dos acordos realizados para homologação e prática dos demais atos processuais necessários.

4.18. Manter arquivada na sede do CEJUSC/Jequié as cópias dos termos de acordo celebrados.

4.19. Organizar e divulgar Pauta de Conciliação e Mediação no CEJUSC/Jequié.

4.20. Apoiar e participar das atividades que o Tribunal de Justiça venha a promover em decorrência do objeto deste Termo de Compromisso.





- 4.21. Prestar orientação aos usuários relativa ao integral funcionamento do CEJUSC/Jequié.
- 4.23. Acompanhar a implantação e zelar pelo funcionamento do CEJUSC/Jequié;
- 4.24. Ser responsável pelos recursos humanos que alocar, direta ou indiretamente, na execução do presente Termo de Compromisso, bem como por todas as obrigações contraídas perante terceiros, inclusive nas hipóteses previstas nos itens 4.3, 4.6 e 4.11.
- 4.25. Comprovar documentalmente o cumprimento dos requisitos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, técnica, econômico-financeira e trabalhista, bem como prestar a declaração de proteção ao trabalho do menor, nos termos dos arts. 98 a 102, da Lei Estadual 9.433/2005, naquilo que for aplicável ao seu estatuto social, mantendo-se em situação de adimplência durante todo o prazo de vigência deste instrumento.
- 4.26.

CLÁUSULA QUINTA – COMPROMISSOS DO TJBA

- 5.1. Orientar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste termo, através do NUPEMEC, bem como avaliar o seu desempenho e estabelecer medidas corretivas, observado o devido processo legal, sem prejuízo da adoção de medidas previstas na CLÁUSULA NONA do presente instrumento.
- 5.2. Receber e homologar, através da Coordenação Jurídica do CEJUSC/Jequié, os termos de acordo e demais atos praticados.
- 5.3. Aprovar, previamente, eventual transferência de instalações ou extinção do CEJUSC/Jequié.
- 5.4. Promover, quando necessário, a capacitação básica (item 4.12.) dos membros da equipe para o cumprimento do objeto do presente termo de compromisso, mediante solicitação prévia e conforme disponibilidade da UNICORP e seguindo as diretrizes e orientações fixadas pelo CNJ.
- 5.5. Disponibilizar o imóvel para funcionamento do Cejusc;
- 5.6. Prover e instalar os mobiliários, equipamentos, serviço de *internet* (mínimo de 10 Mb) e materiais de expediente necessários à implantação e ao bom funcionamento do CEJUSC/Jequié, bem como arcar com todas as despesas de funcionamento, manutenção e segurança da referida unidade.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME DE CONTRATAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

- 6.1. São aplicáveis aos estudantes de direito o regime jurídico da Lei nº 11.788/08, sobre o estágio.
- 6.2. A realização do estágio será precedida da assinatura de Termo de Compromisso, a ser celebrado entre a Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC) e o educando.
- 6.3. Os estagiários cumprirão carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, em turno a ser definido com o supervisor do CEJUSC/Jequié.
- 6.4. Os estagiários deverão cumprir as atribuições e obrigações constantes do termo de estágio, sobretudo manter sigilo acerca dos fatos que digam respeito aos usuários e jurisdicionados.
- 6.5. Os estagiários serão remunerados mediante bolsa de estágio, integralmente custeada pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC).





CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Compromisso e Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser renovado mediante acordo escrito entre os partícipes.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO

8.1. O presente Termo de Compromisso poderá ser modificado por acordo escrito entre os Partícipes, desde que não haja alteração do seu objeto.

8.2. Este instrumento poderá ser rescindido mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que caiba ônus para o denunciante, podendo ainda, ser imediatamente rescindido pelo TJBA, na hipótese de descumprimento de cláusula ou condição.

8.3. Rescindido o presente instrumento, o partícipe restituirá imediatamente ao TJBA todos e quaisquer bens, documentos ou materiais do TJBA ou dos quais sejam detentores em razão deste termo de compromisso, devendo ainda abster-se de utilizar o símbolo e o nome “Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos – CEJUSC”.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do presente termo de compromisso será exercida através do magistrado titular de uma das varas cível da Comarca de Salvador-BA, e pelos servidores Eliúde Rosa, cadastro nº 968.527-8, e Alberto Abbehusen, cadastro nº 903.615-6, de forma cumulativa ou substitutiva, ou por prepostos indicados pelo TJBA, que deverão apresentar as respectivas identificações funcionais no ato da fiscalização.

9.2. O acompanhamento da execução e a fiscalização do objeto do presente Termo de Compromisso devem ser realizados através de relatórios mensais, bem como por visitas técnicas, que visam avaliar o pleno funcionamento da unidade e atendimento dos padrões exigidos nas normas regulamentares.

9.3. Os relatórios serão endereçados ao NUPEMEC, no endereço eletrônico nupemec@tjba.jus.br

9.4. As visitas técnicas ordinárias serão realizadas a cada 12 (doze) meses e as extraordinárias, sempre que o Tribunal de Justiça entender necessárias, conforme critérios de conveniência e oportunidade.

9.5. Aos fiscais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, bem como orientar as providências destinadas a corrigir práticas atentatórias ao presente instrumento.

9.6. As orientações dos fiscais do Termo de Compromisso deverão ser atendidas pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC), no prazo de até 30 dias, prorrogáveis uma vez por igual período, consideradas a complexidade das mesmas.

9.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui ou reduz as responsabilidades da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC), pelos atos praticados no âmbito da sua unidade ou por seus prepostos, na execução do presente Termo de Compromisso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS FINANCEIROS





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



10.1. A execução do presente Termo de Compromisso não implica transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Os partícipes elegem o foro da comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir as questões decorrentes da celebração ou execução do presente Termo de Compromisso, que não possam ser solucionadas pelo mútuo entendimento.

11.2. A publicação do presente Termo de Compromisso será efetuada, por extrato, no Diário da Justiça do Estado – DJE.

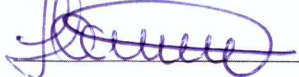
11.3. E assim, por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, os partícipes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma e para um só efeito, com todas as suas folhas também rubricadas, na presença de testemunhas, que também o subscrevem.

Salvador-Ba, 29 de janeiro de 2018.

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Desa. Maria do Socorro Barreto Santiago – Presidente

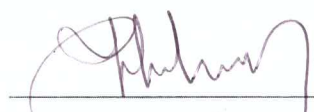
Faculdade de Tecnologia e Ciências de Jequié (FTC)
William Rogers Lima Oliveira Profa. Milena Bahiense
Diretor Presidente Diretora de Campus

Testemunhas:



Nome: Eliude de Carvalho Rosa

CPF: 



Nome: Alberto Abbehusen

CPF: 




Daniel Magalhães
OAB/BA 34.664

PLANO DE TRABALHO

1º PARTÍCIPE

Nome: TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
Endereço: CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 5ª AVENIDA Nº 560		
Bairro: SUSSUARANA	Cidade/Estado: SALVADOR - BA	CNPJ: 13.100.722/0001-60
Nome do responsável: Maria do Socorro Barreto Santiago		
Telefone: (71) 3372-5153	Cargo: PRESIDENTE	CNPJ: 13.100.722/0001-60

2º PARTÍCIPE

Nome: FUNDAÇÃO FTC – FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE JEQUIÉ (FTC)		
Endereço: RUA ANTÔNIO ORRICO, 357		
Bairro: SÃO JOSÉ	Cidade/Estado: JEQUIÉ-BA	CNPJ: 05.196.922/0001-30
Nome do responsável: MILENA BAHIENSE		
Telefone: (73) 3527-8100	Cargo: DIRETORA DE CAMPUS	CPF: [REDACTED]

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS		
Objeto: Constitui objeto deste termo a implantação de Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos na Comarca de Jequié, que ocorrerá na sede do 2º (segundo) partícipe, com espeque no item 2.1 do termo de compromisso. O Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos tem por objetivo a promoção da mediação e conciliação nos conflitos abrangendo às questões cíveis de menor complexidade, bem como no oferecimento de orientação jurídica à população, atuando no âmbito pré-processual e cidadania. Constituem metas deste plano de trabalho:		
1. Solucionar um percentual não inferior a 20% (vinte por cento) dos casos atendidos no CEJUSC objeto deste plano de trabalho;		
2. Enviar todos os relatórios, até o 5º (quinto) dia útil do mês, ao NUPMEC, para o devido acompanhamento da unidade, em observância ao que consta do item.		
3. No que concerne à fiscalização do CEJUSC objeto deste plano de trabalho, atuará como fiscal: os servidores: Alberto Abbehusen, cad.: 903.615-6 e Eliúde de Carvalho Rosa, cad.: 968.533-2.		
4. Cumprir as demais cláusulas estabelecidas no termo de compromisso anexo a este plano.		
Justificativa da proposição: Facilitação do acesso ao Judiciário.		
Período de execução: 60 meses	Início: JANEIRO/2018	Término: JANEIRO/2023

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Instalações:	O primeiro partícipe providenciará o espaço físico necessário para a instalação do Centro Judiciário.
Equipamento:	A(s) unidade(s) dispõe dos equipamentos necessários para o seu funcionamento.
Capacitação:	Os(as) supervisores(as) da unidade já foram submetidos à capacitação.

5 – PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

A assinatura do termo de compromisso não resultará em transferência de recursos entre as partes.
--

6 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplemento com o Tesouro ou qualquer órgão da Administração Pública que impeça a celebração do termo de compromisso proposto.



[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA



CENTRO
JUDICIÁRIO
DE SOLUÇÃO
CONSENSUAL
DE CONFLITOS

Local e Data

Lequie, 29 de janeiro de 2018

Proponente

[Signature]

7 - APROVAÇÃO

Local e Data

Concedente (TJBA)

[Signature]

[Checkmark]

[Signature]
Daniel Magalhães
OAB/BA 34.664



RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE

Magistrado: CLÁUDIO SANTOS PANTOJA SOBRINHO

Comarca: SENHOR DO BONFIM

Dia: 02/05/2018, às 08:00h

Período de atuação: **02 a 30/04/2018**

Unidade Judiciária: VARA DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA COMARCA DE SENHOR DO BONFIM

Situação (localização): Praça Nova do Congresso, nº 01, Central Shopping, 2º andar, Centro, Senhor do Bonfim - BA, CEP: 48.970-000, Telefax: 74 3541-3555/3872/ 3875

Acervo Processual : 3.025

Condições do acervo: ELETRÔNICO

Número de petições para juntada aos autos: 31

Número de processos para sentenciar: 275

Número de processos para designar audiência: 00

Número de processos conclusos: 787

Número de despachos proferidos: 04

Número de decisões proferidas: 00

Número de sentenças com resolução de mérito proferidas: 78

Número de sentenças sem resolução de mérito proferidas: 02

Número de audiências designadas e realizadas: Não se aplica em face da designação do Magistrado tão-somente para prolação de sentença, despachos e decisões em geral.

Número de audiências designadas, mas não realizadas e o motivo: Não se aplica em face da designação do Magistrado tão-somente para prolação de sentença, despachos e decisões em geral.

Na falta de designação de audiência, qual o motivo: Não se aplica em face da designação do Magistrado tão-somente para prolação de sentença, despachos e decisões em geral.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2018/04383. TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PARTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E FUNDAÇÃO DE FOMENTO À TECNOLOGIA E À CIÊNCIA - FUNDAÇÃO (FTC). OBJETO: IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS (CEJUSC) NA COMARCA DE JEQUIÉ. DATA DE ASSINATURA: 29/01/2018. VIGÊNCIA: 60 MESES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2018/32450. TERMO DE COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PARTES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA E INSTITUTO AVANÇADO DE ENSINO SUPERIOR DE BARREIRAS (IASB). OBJETO: IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS (CEJUSC) NA COMARCA DE BARREIRAS. DATA DE ASSINATURA: 24/07/2018. VIGÊNCIA: 60 MESES.